

1 ATA DA 21ª REUNIÃO CONJUNTA DO DIRETÓRIO E CÂMARA TÉCNICA DE
2 INSTRUMENTOS DE GESTÃO E LEGAL DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO
3 MÉDIO PARAÍBA DO SUL – CBH-MPS DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSTE, realizada no dia
4 25 de abril (terça-feira) no Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ Campus Nilo Peçanha,
5 situado à Rua José Breves, 550 - Centro - Pinheiral CEP: 27197-000, com a seguinte ordem do
6 dia: **1. Abertura; 2. Aprovação da ata da 20ª Reunião Conjunta de Diretório e CT; 3.**
7 **Aprovação da Resolução CBH-MPS XX/2017 que dispõe sobre critérios para solicitação**
8 **de apoio ao Comitê Médio Paraíba do Sul; 4. Aprovação da Resolução CBH-MPS XX/2017**
9 **que altera a RESOLUÇÃO CBH-MPS nº 54/2016 que dispõe sobre o Plano de Aplicação**
10 **Plurianual dos recursos financeiros para o período de 2017 a 2020 com recursos**
11 **disponíveis na subconta da Região Hidrográfica III do Fundo Estadual de Recursos**
12 **Hídricos – FUNDRHI; 5. Planejamento do Comitê Médio Paraíba do Sul 2017; 6. Definição**
13 **da comissão julgadora do II Concurso de Projetos de Boas Práticas Ambientais do**
14 **Comitê; 7. Assuntos Gerais; 8. Encerramento. Item 1. Abertura;** A Sra. Vera Lúcia Teixeira
15 (APEDEMA-RJ) iniciou a reunião propondo que todos os membros presentes se
16 apresentassem, visto que é a primeira reunião com a nova composição. Antes que se
17 passasse para o próximo item de pauta, a Sra. Roberta Abreu (AGEVAP) aproveitou a
18 apresentação para explicar a todos os presentes a respeito das indicações do Sr. Sérgio Alves,
19 Douglas Muniz e Gisele Mazzoni, feitas pela Câmara Técnica em sua última reunião, visto que,
20 segundo a Resolução que regulamenta os procedimentos internos da Câmara Técnica, estes
21 indicados passam a compor a Câmara Técnica como membros tendo direito a voz e voto. Até o
22 momento o Douglas e o Sérgio se manifestaram aceitando o convite, sendo que o Douglas
23 compareceu à reunião. **Item 2. Aprovação da ata da 20ª Reunião Conjunta de Diretório e**
24 **CT;** A ata foi aprovada. **Item 3. Aprovação da Resolução CBH-MPS XX/2017 que dispõe**
25 **sobre critérios para solicitação de apoio ao Comitê Médio Paraíba do Sul;** A Sra. Vera
26 explicou que essa minuta foi feita baseada na discussão sobre todos os critérios definidos na
27 última reunião da Câmara Técnica. E que a ideia partiu após o Comitê se deparar com a
28 situação em que chegou ao seu conhecimento que a instituição APEDEMA-RJ estava
29 comercializando as camisetas de apoio doadas pelo Comitê. A Sra. Carin questionou se essa
30 questão não estaria prevista na legislação e se não seria o caso de entrar com processo contra
31 a instituição para que o Comitê fosse ressarcido, visto que o objetivo da doação não era esse.
32 A Sra. Vera defendeu a APEDEMA-RJ dizendo que por ela não deveria entrar com processo,
33 pois ela representava a instituição no diretório e entrar com um processo contra a mesma seria
34 muito constrangedor. Após a discussão ficou definido encaminhar a questão para a assessoria
35 jurídica para que, com os critérios criados por resolução, se possa evitar esse tipo de
36 acontecimento daqui em diante. A Sra. Roberta apresentou a Minuta no Projetor, lendo na
37 íntegra juntamente com seus anexos. Todos os membros fizeram suas contribuições para que

38 se chegassem no texto final. A Sra. Flávia Pires Indústrias Nucleares do Brasil) disse ter
39 sentido falta de alguns detalhes como entregar relatório comprovando, por exemplo por foto.
40 Foram feitas as alterações solicitadas item por item e os pontos de divergência foram definidos
41 através de votação. **Item 4. Aprovação da Resolução CBH-MPS XX/2017 que altera a**
42 **RESOLUÇÃO CBH-MPS nº 54/2016 que dispõe sobre o Plano de Aplicação Plurianual**
43 **dos recursos financeiros para o período de 2017 a 2020 com recursos disponíveis na**
44 **subconta da Região Hidrográfica III do Fundo Estadual de Recursos Hídricos –**
45 **FUNDRHI;** A Sra. Vera e o Sr. Arimathea explicaram que P.P.U. se trata do Preço Público
46 Unitário (P.P.U.) e que, resumidamente, é parâmetro para a cobrança pelo uso da água. Eles
47 explicaram que, visto que houve reajuste no valor do P.P.U. de R\$ 0,02 para 0,04, fez-se
48 necessário uma atualização dos valores de arrecadação do Plano de Aplicação Plurianual do
49 Comitê (PAP). A Sra. Vera explicou também que as resoluções do Comitê que envolvem
50 recursos financeiros precisam de aprovação também no Conselho Estadual de Recursos
51 Hídricos (CERHI-RJ) e, para agilizar o processo de aprovação foi utilizado o critério de “diluir”
52 esse recurso (que excedeu devido ao aumento do PPU) nas ações com as prioridades que já
53 foram definidas pelo Comitê anteriormente. A Sra. Roberta fez uma apresentação onde ela
54 mostrou tabelas com os valores anteriores, o recurso que entrou e para onde foi remanejado. A
55 Sra. Tatiana Ferraz (AGEVAP) explicou que, apesar do P.P.U. ter dobrado de valor, o PAP leva
56 em conta os valores antigos, sendo assim, apesar do reajuste ter sido de 100% os valores não
57 aumentam necessariamente em 100%. A Sra. Roberta continuou a apresentação dizendo que
58 foi respeitado ao máximo as mesmas condições e parâmetros, mostrando os valores e as
59 diferenças após a entrada do recurso novo. A Sra. Carin V. Muhlen (UERJ) questionou a
60 respeito de algumas linhas das tabelas em relação ao valor destinado a ações, achando pouco
61 por exemplo o valor destinado para auxílio à pesquisa em relação a valores destinados a
62 outras ações. A Sra. Vera explicou que essas linhas de ações com os critérios e as prioridades
63 do Comitê foram criadas a partir do plano do Comitê iniciando-se com o caderno AMPAS e
64 tendo sido incrementado com Oficinas de Planejamento Estratégico para definição das
65 prioridades. A Sra. Ana Raquel da C. Ferreira (P. M. Barra do Piraí) disse que acha necessário
66 fazer uma revisão completa de todos os valores devido à crise econômico-financeira em que o
67 Estado do Rio de Janeiro passa no momento. O Sr. Arimathéa falou a respeito da dinâmica de
68 construção e da importância da continuidade, citando o sucesso do lançamento do Atlas de
69 microbacias como exemplo. Ele falou ainda da importância do Projeto de Auxílio a Pesquisas,
70 mas considera que é preciso direcionar o foco das pesquisas para pesquisas com soluções
71 mais práticas, abrindo editais mais específicos. O Sr. Arimathéa falou ainda da possibilidade de
72 desenvolver pesquisas direcionadas em cada linha do PAP, com o recurso da própria linha. Os
73 presentes concordaram com a elaboração de um edital de Educação Ambiental (formal e
74 informal) nos moldes do atual projeto de "Auxílio à Pesquisa", com limite de valor, para

diversas entidades (amplo), em que a instituição tem um projeto de educação ambiental e ela vai concorrer ao edital com esse projeto, e se ganhar vai receber recurso para executá-lo e depois prestar conta dos recursos. A Sra. Vera falou que após o Plano de Bacia que está em construção for feito, vai ser mais interessante fazer a revisão minuciosa do PAP. Foram sugeridas algumas alterações de direcionamento de recurso por parte do Sr. Arimathea e Sra. Carin. A Sra. Flavia Pires (Indústrias Nucleares do Brasil) disse concordar com a Sra. Ana Raquel e acredita que se for para alterar os parâmetros do PAP, deve-se fazer uma revisão completa. Após votação, com 9 votos foi definido que será submetido à aprovação do Plenário do jeito que foi apresentado e a Câmara Técnica começará a trabalhar com a alteração completa do PAP nas pautas das próximas reuniões.

Item 5. Planejamento do Comitê Médio Paraíba do Sul 2017; A Sra. Roberta projetou o Planejamento, já enviado aos membros anteriormente por e-mail, dividido em demandas técnicas e demandas administrativas. Ela explicou a importância desse planejamento para a programação e cumprimento das ações e expectativas do Comitê. A Sra. Vera sugeriu que seja colocado como meta a Câmara Técnica rever o edital de auxílio a pesquisa dando foco a produtos mais palpáveis. O Sr. Arimathéa explicou o Programa Raio X do Esgotamento devido a dificuldade que os municípios enfrentam para conseguirem captar recursos. A Sra. Vera ainda completou que a ideia é apresentar o Programa no Simpósio Água Boa do Comitê e depois realizar um workshop com os gestores municipais.

Item 6. Definição da comissão julgadora do II Concurso de Projetos de Boas Práticas Ambientais do Comitê; Devido o tempo ter extrapolado, os membros decidiram definir a comissão julgadora através do grupo do whatsapp e e-mail.

Item 7. Assuntos Gerais; A Sra. Roberta fez uma apresentação a respeito da sustentabilidade do sistema de recursos hídricos (CG INEA Nº 01/10) e disse que a mesma está ameaçada. Ela explicou que os comitês afluentes recebem, além dos recursos da cobrança, o recurso da Compensação Financeira pela utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica - Compensação Financeira, que é gerenciado pela ANEEL. Trata-se de um percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica recolhem pela utilização de recursos hídricos (6,75%). Desse recurso, 0,75% é destinado ao Ministério do Meio Ambiente (para aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos)- Sob responsabilidade da Agência Nacional de Águas - ANA. Do percentual de 6%, 45% são destinados aos municípios atingidos pelos reservatórios das usinas hidrelétricas, enquanto que os estados têm direito a outros 45%. A União fica com 10% restante, dividido entre o Ministério de Meio Ambiente (3%); o Ministério de Minas e Energia (3%) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (4%), administrado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Do valor que vai para o Estado, 50% deve ser aplicado nos contratos de gestão das entidades delegatárias de comitês de bacia com baixa arrecadação pela cobrança sobre os usos dos recursos hídricos, de acordo

com a Lei estadual 4.247/03. No início do Contrato de Gestão INEA Nº 01/10, todo o recurso da compensação foi destinado a ele e havia um saldo acumulado referente a esse recurso, o que garantiu até então a sustentabilidade. Porém, atualmente existem outros comitês com baixa arrecadação que tem direito ao recurso e o saldo já foi utilizado. Se não for definida alguma estratégia, o recurso arrecadado não será suficiente para custear o Contrato de Gestão do Comitê. A Sra. Vera disse que o INEA deveria fazer uma oficina transparente explicando o que é feito com os 10% do recurso que é destinado ao INEA, bem como todos os valores. Ela disse também que acredita que a manutenção do sistema deve ser proporcional à arrecadação. A Sra. Vera ainda falou que os contratos e os documentos referentes a esse tópico estão disponíveis na página do Comitê. A Sra. Vera falou que o ENCOB não será mais em Brasília, como ela havia anunciado na última reunião e sim em Aracaju, ela informará a data e programação na próxima reunião Plenária. A Secretária do Comitê disse também que no dia 26 de abril haverá a posse das Câmaras Técnicas do CERHI e solicitou aos representantes dos municípios para participarem. **Item 8. Encerramento:** Não havendo mais nada a tratar a reunião foi encerrada pelo Presidente do CBH-MPS, tendo a presente ata sido lavrada por mim Paulo Eugenio Barros, Especialista Administrativo - AGEVAP UD1 e, depois de aprovada, foi assinada pela Presidente do CBH-MPS Sr. José Arimathéa Oliveira (IFRJ).

Pinheiral, 25 de abril de 2017.


José Arimathéa Oliveira
Presidente

Encaminhamentos: 1- Enviar e-mail e mensagem pelo whatsapp para definição da comissão julgadora do Concurso de Projetos de Boas Práticas Ambientais. 2 - O próximo edital de Auxílio à Pesquisa ser mais direcionado. 3- Elaborar edital de Educação Ambiental nos mesmos moldes do projeto "Auxílio à Pesquisa".

Lista de Presença:

Membros representantes do Poder Público: Daniela Vidal Vasconcelos (P. M. Volta Redonda), Edna Andrade de Azevedo (P. M. Quatis), Ana Raquel da Cunha Ferreira (P. M.

l48 Barra do Pirai), Raimundo de Sá e Souza (P. M. Pinheiral), Guilherme Silva Guedes (P. M. Rio
l49 das Flores), Douglas Muniz de Souza (P. M. Barra Mansa)
l50 **Membros representantes dos Usuários:** Flávia C. A. C. Pires (Indústrias Nucleares do Brasil-
l51 INB),
l52 **Membros representantes da Sociedade Civil:** Vera Lúcia Teixeira (APEDEMA), José
l53 Arimathéa Oliveira (IFRJ), Carin Vön Muhlen (UERJ), Délio Guerra Filho (Cúria Diocesana),
l54
l55 **Lista de Presença de Convidados:** Tatiana Ferraz (AGEVAP), Raissa Guedes (AGEVAP)
l56 **Ausência Justificada:** Antônio Carlos Simões de S. Filho (CSN), Izabela Iacillo Soares (SAAE
l57 Barra Mansa), Márcia C. Neves (SAAE - Volta Redonda), Ana Carolina Callegário (UNIFOA)

